



Porque você é o centro

Campanha salarial 2011: Avaliar! Reorganizar! Mobilizar!

Se as promessas do governo não forem cumpridas até agosto, retomaremos a greve!

A suspensão da greve dos trabalhadores do Ceeteps, em assembleia realizada em 13/6, exatamente um mês após seu início, abre uma etapa de avaliações. Discutir os passos que demos, nossos erros e acertos, é passo fundamental para avançarmos na organização e na mobilização daqui para a frente.

Nosso movimento foi marcado pela truculência da Superintendência do Centro e do governo Alckmin, que não pouparam medidas repressivas e de intimidação nas unidades em luta (substituição de grevistas, ameaça corte de ponto etc), inclusive a partir da divulgação de inverdades. As unidades vivenciaram uma verdadeira guerra de números nos dias da greve. Diariamente, por comunicados distribuídos nas unidades pela Superintendência, ou entrevistas de membros do governo à imprensa, os nossos “patrões” procuravam minimizar o tamanho do movimento. A realidade, porém, era muito diferente: 93 unidades realizaram assembleias para decidir pelo início ou não da greve. No auge do movimento, tivemos cerca de 80 unidades, entre ETECs e FATECs, paradas. Pelo fato de concentrarem boa parte das grandes escolas, estas 80 unidades representaram uma adesão à greve de cerca de 60% dos trabalhadores do Centro.

Os motivos que nos levaram à greve permanecem na ordem do dia. Ainda temos muito a conquistar. Mas é indiscutível que a força da nossa mobilização é a única responsável pela movimentação do governo Alckmin, que se viu forçado a divulgar um reajuste (11%) e a apresentar medidas como a progressão automática das faixas iniciais docentes, bem como as “promessas” de novas medidas para os funcionários em 20/6. Sem dúvida, tais medidas são totalmente insuficientes frente ao enorme arrocho salarial, mas só vieram a partir do momento em que a categoria soltou a voz e foi à greve.

Após seis anos em conseguir reagir à altura frente aos ataques do governo – não por coincidência, os mesmos seis anos em que ficamos sem reajuste – os trabalhadores das ETECs e FATECs protagonizaram 30 dias de movimentação, desafios, decepções, alegrias... enfim... um aprendizado que só a luta traz. Passamos por momentos memoráveis nesta greve, em São Paulo e no interior, e eles estão vivos na nossa memória.

O velho bordão “a luta continua” cabe muito bem neste momento. Esta edição do *Sinteps Jornal*, a primeira após 13 de junho, cumpre o papel de abrir o debate e pavimentar o terreno para as batalhas que virão.



ARTIGO

O legado do movimento de greve no Ceeteps

A categoria que o Sinteps representa é formada pelos trabalhadores das Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia do Ceeteps. São, segundo dados do Ceeteps, 9.771 docentes de ETECs; 2.111 docentes de FATECs e 4.491 servidores administrativos; destes, 2.010, no mínimo, são cargos em comissão. Não é especificado nos documentos do Ceeteps o número de Auxiliares Docentes, nem em qual totalização se encaixam: docentes ou servidores. O total de docentes e servidores administrativos da instituição é 16.373, com referência ao mês de abril de 2011.

Como os cargos em comissão e de direção são de confiança do governo, patronais, os trabalhadores são, no máximo, 14 mil. Sindicalizados são 1.941 trabalhadores, o que representa, apenas, 11,85% da categoria ou 13,86% dos trabalhadores.

O número de unidades do Ceeteps, atualmente, é de 198 ETECs e 49 FATECs, distribuídas por todo o estado de São Paulo. Das 198 ETECs, apenas 25 têm Diretores de Base do Sindicato; das 49 FATECs, apenas três têm Diretores de Base. Das 15 regiões administrativas do estado de São Paulo, que correspondem também às Diretorias Regionais do Sinteps, apenas quatro têm Diretores eleitos. A Diretoria Executiva do Sindicato, composta de 12 membros (nove titulares e três suplentes) tem apenas três Diretores liberados legalmente para fazer o trabalho sindical.

A direção sindical (Diretoria de Base, Diretoria Executiva e Diretoria Regional) é composta por 53 trabalhadores, dos quais, apenas três estão liberados em tempo integral para o trabalho sindical. Os demais, somente nas datas de reuniões e em períodos específicos de campanhas salariais e de filiação.

Assim, é desigual a correlação de forças entre a estrutura sindical da categoria (53 pessoas) e a patronal (2.010 pessoas).

A maior virtude desta greve é a conscientização dos trabalhadores de que é necessária e urgente a ampliação da representação sindical nas bases. A presença constante de Diretores Sindicais nas unidades e nas regiões do estado trará mais segurança e credibilidade na organização sindical. Portanto, se queremos nos transformar numa categoria forte e unida, temos que fortalecer o Sindicato e eleger mais Diretores Sindicais. Toda unidade deve ter, no mínimo, um Diretor Sindical. Para isso, é preciso haver trabalhadores sindicalizados nas unidades.

Este é o primeiro passo para a categoria se fortalecer e se organizar. Quando esta etapa estiver cumprida, as ameaças do empregador serão rebatidas instantaneamente, ao vivo, pelos Diretores Sindicais. E o medo não será mais obstáculo para a nossa luta.

A confiança no Diretor Sindical, de convivência diária com os trabalhadores da base, trará confiança no Sindicato e este se fortalecerá. E os trabalhadores terão coragem de continuar na greve, mesmo quando ela for decretada ilegal pela justiça (como aconteceu com os professores das universidades estaduais da Bahia, por exemplo).

(A Diretoria Executiva do Sinteps)

Expediente

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps, do Ensino Público Estadual Técnico, Tecnológico e Profissional do Estado de SP.

Localização: Praça Coronel Fernando Prestes, 74 - Bom Retiro. Cep 01124-060 - São Paulo - SP.

Fones: (11) 3313-1528 e (11) 3313-5385.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 13.850, Cep 01216-970 - São Paulo - SP.

E-mail: sinteps@uol.com.br Site: http://www.sinteps.org.br

Jornalista Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458 - bah0609@bol.com.br)

Tiragem desta edição: 5.000 exemplares.

Os fatos que marcaram estes 30 dias de luta

Os 30 dias que se passaram entre a deflagração da greve, em 13 de maio, e a assembleia de suspensão, em 13 de junho, foram intensos para os cerca de 60% da categoria que estiveram em greve. Na capital e no interior, foram vários atos públicos, passeatas, assembleias, reuniões com pais e alunos, idas às Câmaras de Vereadores e Assembleia Legislativa etc.

A seguir, um breve apanhado dos principais momentos:

Sementes foram plantadas no congresso

O primeiro passo para a greve foi dado bem antes, em dezembro de 2010, durante o VI Congresso dos Trabalhadores do Centro, realizado entre os dias 12 e 16/12/2010, na cidade de Nazaré Paulista. Os delegados, observadores e convidados apontaram para a realização de uma Marcha em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica, como parte da preparação para a greve geral da categoria.



A marcha e a decisão pela greve

Encaminhando a decisão do VI Congresso, a direção do Sinteps começou a preparar a Marcha em Defesa da Educação Profissional e Tecnológica, marcando-a para o período de 2 a 6 de maio. A ideia era percorrer um trecho da Rodovia dos Bandeirantes, saindo de Caieiras, até São Paulo, como forma de chamar a atenção da sociedade para a situação dos trabalhadores do Ceeteps. Nas reuniões realizadas pela direção sindical em várias unidades, com o objetivo de mobilizar para a marcha, no entanto, a opinião dos trabalhadores começou a apontar novos rumos. A maioria entendia que já era o momento de sair em greve. E assim foi feito.

SIM foi esmagador nas assembleias setoriais

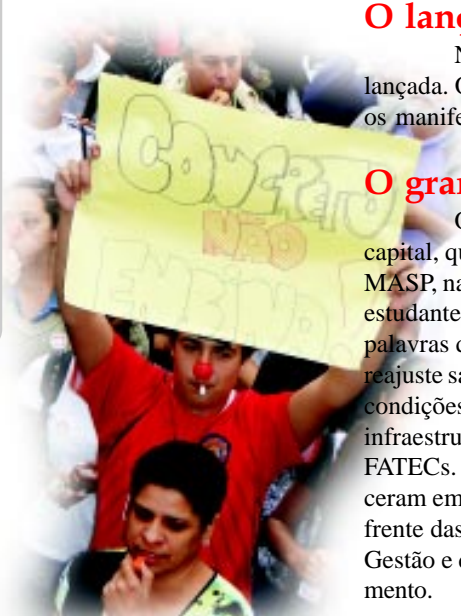
Reunido no dia 8/4, o Conselho de Diretores de Base (CDB) do Sinteps aprovou a realização de uma rodada de assembleias setoriais para consultar a categoria sobre a greve. Da última semana de abril, até 9 de maio, ocorreram assembleias em 93 unidades da capital, Grande SP, litoral e interior. Para isso, foi fundamental a chamada "corrente do bem", com o surgimento de dezenas de voluntários, que tomaram para si a tarefa de organizar suas unidades. Resultado: O SIM à greve venceu.

O lançamento, em 13 de maio

No dia 13 de maio, com mais de 700 pessoas, a greve foi lançada. O pátio do campus da FATEC/SP ficou pequeno para os manifestantes.

O grande ato de 20 de maio

O ápice da greve foi a realização de um grande ato na capital, que reuniu cerca de duas mil pessoas no vão livre do MASP, na avenida Paulista, em 20/5. Professores, funcionários e estudantes da capital e dezenas de cidades do interior gritaram palavras de ordem pedindo reajuste salarial, melhores condições de trabalho e de infraestrutura nas ETECs e FATECs. Após o ato, desceram em passeata até a frente das Secretarias de Gestão e de Desenvolvimento.



As tentativas de negociar e a truculência do governo

Assim como fez nos anos anteriores, a direção do Sinteps procurou, exaustivamente, negociar a Pauta de Reivindicações da data-base 2011. Acompanhe:

- Nos dias 18 e 31/3, a Pauta foi entregue, respectivamente, à Superintendência do Ceeteps e à Secretaria de Desenvolvimento, junto com o pedido de agendamento das negociações.
- Nos dias 18 e 20/5, com a categoria parada, o governo chamou para negociar. Sentaram-se à mesa o secretário de Gestão, Júlio Semeghini, o secretário adjunto do Desenvolvimento, Luciano Pereira Barbosa, e o Vice-Diretor Superintendente do Ceeteps, César Silva.

Não houve avanço em nenhuma das reuniões.

- Para surpresa do movimento, no dia 25/5, o governo chamou para “negociar” um comitê formado por diretores de unidades, ou seja, gente de sua confiança. Era uma tentativa clara de quebrar a espinha dorsal da greve, por meio do enfraquecimento do Sindicato.

- A ação truculenta e antissindical não deu resultado e a greve prosseguiu. No dia 7/6, as negociações foram reabertas pelo secretário de Desenvolvimento, Paulo Alexandre Barbosa, que havia sido pressionado a fazê-lo pelos

grevistas da Baixada Santista. O governo reafirmou o que já tinha oferecido. Em contrapartida, o Sindicato apresentou a proposta de que a progressão automática fosse estendida a todos os trabalhadores (professores e funcionários), o que foi recusado pelo governo.

- No dia 13/6, nova negociação ocorreu, envolvendo as secretarias de Gestão e de Desenvolvimento, a Superintendência e os representantes da categoria (veja matéria ao lado).

A negociação de 13 de junho



A greve forçou o governo a se mexer

Quando entregou a Pauta de Reivindicações à Superintendência (18/3) e à Secretaria de Desenvolvimento (31/3), os representantes do Sinteps ouviram a mesma coisa: “o governo não pode conceder nenhum reajuste este ano”... “aguardem o novo plano de carreira”...

Mas a mobilização da categoria fez a diferença. Antes mesmo do início da greve, um primeiro sinal: embora houvesse anunciado que cerca de 30 unidades haviam “zerado” e não receberiam o Bônus Mérito, a Superintendência voltou atrás e divulgou que iria pagá-lo a todos.

No dia 12 de maio, véspera da greve, o governador “esqueceu” do que disse e anunciou o reajuste de 11%.

No final de maio, veio o anúncio de progressão automática para as faixas iniciais dos docentes e auxiliares docentes, que correspondem a cerca de 53% dos professores do Centro.

Para os servidores administrativos, o governo promete anunciar, em 20/6, um pacote de melhorias, entre elas a equivalência de salários com outras carreiras do funcionalismo. (Fique atento à divulgação do resultado da reunião do dia 20/6 no site e no blog do Sinteps).

Em relação à reivindicação de implantação do sistema de segurança e medicina do trabalho nas unidades do Centro (veja box sobre a Pauta de Reivindicações), a Superintendência do Centro anunciou que, no dia 22 de junho, será aberto o pregão para contratação das equipes para todas as unidades.

Por fim, a nebulosa promessa de novo plano de carreira, para “amenizar” os problemas salariais da categoria (nas palavras do secretário de Gestão Júlio Semeghini), começa a tomar forma concreta. Por pressão dos representantes do Sinteps/Comando Central de Greve, durante as últimas negociações, foi estabelecido um cronograma de reuniões para discuti-lo.

A atualidade da Pauta de Reivindicações

A Pauta de Reivindicações 2011 traz 5 pontos em destaque. São eles:

- Reposição de perdas de acordo com os índices do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), uma vez que o Ceeteps é vinculado à Unesp: 58,90% para os professores e 71,79% para os administrativos.
- Estabelecimento de política salarial.
- Vale transporte para todos, sem limite de vencimentos.
- Vale alimentação para todos, no valor de R\$ 20,00
- Atestados médicos: instalação de equipes de segurança e medicina do Trabalho, de acordo com a NR 7, contemplando os procedimentos para fins de abono de faltas dos trabalhadores regidos pela CLT.

Além destes cinco itens centrais, a Pauta de Reivindicações dos trabalhadores do Centro em 2011 traz mais 28 tópicos. Eles abordam questões importantes, como a terceirização, preca-

tórios, insalubridade/periculosidade, assistência médica, creche, entre ou-

tros. A íntegra da pauta está no site da entidade (www.sinteps.org.br).

Sindicato provou possibilidade de progressão para todos

O quadro mostra o valor orçamentário do Ceeteps, proposto pelo governador e aprovado pela Assembleia Legislativa, para gasto com Pessoal e Encargos (folha de pagamento) em 2011. Note que o pagamento da progressão por mérito para todos os trabalhadores do Centro (e não somente para as faixas iniciais dos docentes e auxiliares docentes), a partir de 1º de junho, “cabe” perfeitamente.

Mês (2011)	Valor da folha de pag. do Ceeteps (R\$) *	Valor da folha com nossa proposta (R\$)	Observações
Janeiro	31.073.422,14	31.073.422,14	
Fevereiro	44.152.655,54	44.152.655,54	
Março	45.604.698,54	45.604.698,54	
Abril	50.498.840,80	50.498.840,80	
Mai	49.662.855,93	49.662.855,93	
Junho	50.498.840,80	50.498.840,80	
Julho	50.498.840,80	56.558.701,70	C/ 12% para todos (enquadramento) **
Agosto	50.498.840,80	62.780.158,88	C/ 11% para todos (reaj. do governador)
Setembro	50.498.840,80	62.780.158,88	
Outubro	50.498.840,80	62.780.158,88	
Novembro	50.498.840,80	62.780.158,88	
Dezembro	50.498.840,80	62.780.158,88	
13º salário	47.873.696,54	53.495.900,80	
1/3 férias	16.832.946,93	20.926.719,63	
Total	639.191.002,02	716.373.430,28	

(Lei 14.309, de 27/12/2010)

Valor previsto: R\$ 764.936.392,00

Folha com nossa proposta: R\$ 716.373.430,28

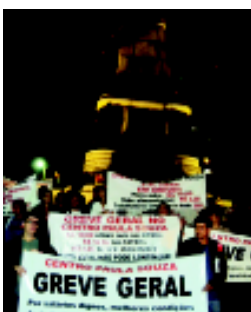
Sobra de caixa: R\$ 48.562.961,72

* De janeiro a maio, os dados são fornecidos pelo Ceeteps. De junho a dezembro, os dados são estimados no maior valor de folha, ou seja, mês de abril.

** O valor é superestimado, tendo em vista que a progressão para os auxiliares docentes significa 10% e a progressão em duas referências para o pessoal técnico e administrativo significa 10%. Apenas os docentes teriam 12%.

Movimentação intensa na Baixada, ABC e interior

A participação intensa de boa parte dos grevistas deu o tom na greve. Eles organizaram atos e passeatas regionais, aulas públicas, visitas à Câmara de Vereadores etc. Cercaram o governador e seus secretários em várias cidades, como é o caso de Sorocaba, Catanduva e Mongaguá. Na foto ao lado, ato em Santos, em 2/6.



Corpo a corpo com parlamentares

Na capital e no interior, uma das frentes de batalha foi o corpo a corpo com parlamentares. Dezenas de moções de apoio foram colhidas em Câmaras de Vereadores. Em São Paulo, no dia 25/5 (foto), cerca de 400 pessoas lotaram o auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa, para a audiência pública agendada pelo deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP). Deputados de oposição e várias entidades sindicais manifestaram apoio ao movimento.

No dia 31/5, a direção sindical e representantes do Comando Central de Greve foram recebidos pelo Colégio de Líderes daquela casa.



A assembleia decidiu:

Estamos de olho no governo! Sem negociações sérias, retomamos a greve em agosto

Na assembleia realizada no dia 13 de junho, em frente à Secretaria de Desenvolvimento de SP, foi feito um debate sobre os rumos do movimento. No entendimento da maioria, é necessário reorganizar as forças neste momento e manter a mobilização para avaliar as propostas concretas do governo nas próximas reuniões. Caso as propostas não atendam à categoria, o indicativo é de retomada da greve em agosto.

A assembleia aprovou a manutenção da comissão permanente de negociação, composta por membros do Sindicato e Comando Central de Greve. Além de participar das negociações, esta comissão vai impulsionar o debate sobre a nova carreira nas unidades.

O calendário de reuniões

20/6: O governo apresentará suas propostas para os funcionários administrativos.

21/6: Início das discussões sobre o novo plano de carreira.

5/7: Nova reunião sobre o plano de carreira.

20/7: Nova reunião sobre o plano de carreira.

Os resultados destas reuniões serão publicados no

site e no *blog* do Sinteps. Periodicamente, serão produzidos boletins e jornais impressos.

A reposição dos dias parados

Todos os dias de greve serão considerados de efetivo exercício, sem prejuízo funcional e sem desconto dos salários, mediante o compromisso da reposição das atividades. Em caso de dúvidas, entre em contato imediatamente com o Sindicato, pelo sinteps@uol.com.br ou telefone (11-3313.1528).



Adesivo produzido pelo Sinteps, para uso até agosto

Fique por dentro...

Sinteps na rede: Chat, Orkut, Blog e Twitter

O **Chat** do Sinteps vai ao ar das 12 às 13h, toda quarta-feira. Para participar, entre no *link* próprio no *site* da entidade (www.sinteps.org.br).

No *site* do Sinteps, você também encontra os ícones de entrada no **Orkut**,

Blog da greve e **Twitter**.

Fique por dentro!

As providências legais e jurídicas para a greve da categoria. Alguns esclarecimentos importantes

Na preparação da greve da categoria, discutida desde o Congresso realizado em dezembro de 2010, algumas providências legais foram tomadas pela direção do Sindicato.

A primeira foi protocolar, em fevereiro deste ano, denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual e Organização Internacional do Trabalho sobre o descumprimento de nossa política salarial pelo governo do estado de São Paulo, ou seja, o desrespeito aos índices de reajuste definidos pelo Cruesp, aos quais temos as ações de Isonomia Salarial, com várias vitórias judiciais. Disponibilizamos no *site* do Sindicato uma das denúncias, tendo em vista que o teor das três foi idêntico, apenas mudando o endereçamento.

Para darmos início ao processo de greve, observamos que o direito de greve está assegurado na Constituição Federal, e que, em se tratando de servidores públicos (somos empregados e funcionários públicos), os Mandados de Injunção julgados pelo STF (como, por exemplo, os de nºs 670, 708 e 712) asseguram aos servidores públicos a aplicação, no que couber, dos direitos e deveres previstos na Lei 7.783/89, que regulamenta a greve na iniciativa privada.

Nos termos da Lei 7.783/89, fizemos os procedimentos de assembleias para deflagração da greve e fizemos a comunicação oficial ao empregador. Nos termos da lei, nossa greve cumpriu todos os requisitos.

A atitude intempestiva do empregador em substituir grevistas, excluir o Sindicato do processo de negociação e as outras formas de pressão são objeto de discussão judicial. Impetramos Medida Cautelar Inominada, nº 0018894-79.2011.8.26.0053, para a qual o juiz não aceitou a justiça gratuita e afirmou: “Quanto ao pedido de liminar, não se vislumbra, pelo menos à primeira vista, ilegalidade na conduta da ré. Ao que tudo indica, a substituição de professores informada vem ao encontro da necessidade de que, embora legítimo, o movimento grevista não ocorra em prejuízo do ano letivo dos estudantes.”

Ato contínuo, impetramos Agravo de Instrumento contra a decisão do MM. Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Capital, nos autos da Medida Cautelar Inominada nº 0018894-79.2011.8.26.0053, proposta em face de Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, pois é explícita na Lei 7.783/89 a ilegalidade da substituição dos grevistas e a obrigatoriedade da inclusão do Sindicato nas discussões da greve. O processo segue em trâmite.

Mesmo com a postura do juiz, que não acatou o pedido de liminar, o efeito do processo foi rápido. A Superintendência emitiu comunicado de que “nunca havia mandado substituir grevistas e que nunca tinha se recusado a

conversar com o Sindicato”.

Também fizemos, tão logo soubemos do comunicado do corte de ponto, outra Medida Cautelar Inominada nº 0019697-62.2011.8.26.0053, proposta na 13ª Vara da Fazenda Pública, para a qual não há decisão ainda.

Algumas críticas circularam pela Internet e nos atos públicos sobre o procedimento do jurídico do Sindicato:

• **De que não poderíamos jamais ter pedido justiça gratuita.**

Podemos. Não é esse o obstáculo para a decisão do juiz. No Brasil, a justiça se baseia no entendimento do juiz e não no corpo da lei e, por isso, na 1ª instância é apenas um juiz que dá a decisão; na 2ª instância é uma turma (três juízes); na última, são 11 juízes.

• **Que não poderíamos jamais ter entrado na Fazenda Pública, pois somos celetistas e, para nós, aplica-se a Justiça do Trabalho.**

Somos servidores públicos de uma autarquia estadual. Quem julga as relações de trabalho entre o estado e os servidores públicos é a Fazenda Pública. Como o governo não se enquadra na categoria de empregador, e sim de ente público, não pode negociar na justiça. É por esta razão que, nas reclamações trabalhistas, não se faz acordo e sim precatório.

• **Que tínhamos que protocolar nossa greve no Ministério do Trabalho.**

Não, a lei de greve é clara quanto aos procedimentos, ressaltando que o protocolo é com o empregador. Quanto a isso, embora muitos trabalhadores do Ceeteps não se entendam assim, somos servidores públicos, da forma como é definido no artigo 37 da Constituição Federal, que se repete no artigo 115 da Constituição do Estado de SP. A maioria de nós é contratada pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e nosso empregador é o governo estadual (como se registra em nossos demonstrativos de pagamento). Então, toda leitura da CLT deve ser feita colocando-se “governo do estado de SP” no lugar da palavra “empregador”. Isso não quer dizer que a CLT não valha para nós, mas sim que a regulamentação entre as relações empregado/empregador são mais complexas do que na iniciativa privada, pois nosso empregador tem algumas regalias que os da iniciativa privada não têm. A primeira - e, certamente, o maior obstáculo à negociação - é o poder privativo e exclusivo do governador, definido no § 2º do artigo 24 da Constituição paulista, de propositura de projeto de lei que defina a remuneração dos servidores públicos da administração direta e autárquica.

(As providências legais e jurídicas foram tomadas pelo Sindicato e sua assessoria jurídica)